

Adolescentes de setores populares: descrições sociológicas baseadas no espectro da vulnerabilidade

BARROS RIBEIRO, Leandro¹

R.U.: 2545988

RESUMO

A adolescência constitui um período específico do ciclo de vida, determinado social e historicamente, que assume conformações variadas de acordo com o contexto vivente, tendo repercussões importantes nos grupos que se encontram em situação de desvantagem e vulnerabilidade social. Procurou-se, através de revisão de literatura, apresentar características sociológicas de adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, na América Latina e no Brasil. O estudo descreveu aspectos relevantes da necessidade de conciliação da condição adolescente com diversos outros fatores de desenvolvimento pessoal e profissional necessários a estes indivíduos, como a educação, a saúde, a cultura, a participação política e o mundo do trabalho, com destaque para a aglutinação destes fatores na região mais desigual do planeta. Constatou-se a presença marcante da desigualdade estrutural e a privação, dos adolescentes oriundos de setores populares, aos bens e riquezas sociais, como o trabalho e a renda digna, a educação de qualidade e a proteção à saúde, clarificando a insuficiência e a ineficácia de políticas públicas que garantam a eles, de fato, o exercício da plena cidadania e a satisfação de suas necessidades e desejos. Concluiu-se que estes sujeitos são cotidianamente discriminados, violados e estigmatizados por discursos dominantes, não tendo suas potencialidades visibilizadas, reconhecidas e aproveitadas, numa evidente falta de reconhecimento do multiculturalismo que enfraquece toda a região latino-americana e o Brasil.

Palavras-chave: Adolescentes. Setores populares. Desigualdade social. Vulnerabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre a adolescência, estamos abordando um período da vida do ser humano que é bastante complexo e peculiar, permeado por processos multidimensionais e heterogêneos, que promove a transição no desenvolvimento

¹ Aluno do curso de Bacharelado em Sociologia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Trabalho de Conclusão de Curso.

entre a infância e a idade adulta, envolvendo grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais nos sujeitos (PAPALIA; OLDS & FELDMAN, 2006). Dentre as

características bastante semelhantes entre todos aqueles que se encontram nesse período de transformações, independentemente de sua nacionalidade ou etnia, destacam-se a resignificação de identidade, os questionamentos relativos ao corpo e a autoimagem, os valores adotados como importantes e referenciais, as escolhas que devem ser feitas em diversas áreas da vida, onde se destaca o mundo do trabalho, e a inquietante busca por aceitação, reconhecimento e uma localização estratégica dentro de determinados grupos e da sociedade (SERRÃO; BALEEIRO, 1999).

O ponto de início e de término da adolescência não é claramente definido e muito menos é universal, sendo que, em geral, considera-se que começa com a puberdade² e seu marcador de fim, com o ingresso na idade adulta, tampouco é consensual (PAPALIA; OLDS & FELDMAN, 2006). A fase da adolescência é um constructo que teve recente aprofundamento nos estudos sobre o desenvolvimento humano. O campo do desenvolvimento humano constitui-se do estudo científico de como as pessoas mudam e quais são algumas características que permanecem razoavelmente estáveis durante toda a vida do indivíduo. A adolescência, em especial, não era considerada um período específico, ou seja, um ciclo de vida³ do desenvolvimento humano, até o início do século XX, quando Granville Stanley Hall publicou *Adolescence*, um livro popular, que tratava das características biopsicossociais dos adolescentes (Idem).

A adolescência constitui um momento determinado social e historicamente, portanto, diversificado, e que não se reduz somente a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social e cultural, no qual o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as dimensões de sua vida, desde a afetiva até a profissional (DAYRELL, 2016; WEISHEIMER, *et al.* 2013). O mais adequado sociologicamente é adotar a noção de

² A puberdade é o processo que conduz à maturidade sexual ou fertilidade, ou seja, a capacidade de reprodução. Na puberdade ocorre um rápido aumento dos hormônios sexuais, acarretando diversas alterações biológicas na altura, peso, proporções e formas corporais, com impactos também emocionais e psicológicos (PAPALIA; OLDS & FELDMAN, 2006).

³ O conceito de períodos do ciclo de vida é uma construção social, ou seja, um ideal acerca da natureza da realidade que é aceito pelos integrantes de uma determinada sociedade em uma determinada época, com base em percepções ou suposições subjetivas compartilhadas. Não existe, portanto, um momento objetivamente definível e universal em que uma criança torna-se um adulto ou em que uma pessoa jovem torna-se velha (PAPALIA; OLDS & FELDMAN, 2006).

“adolescências”, no plural, para enfatizar a diversidade existente nos modos de ser adolescente, considerando ainda que as subjetividades e as práticas individuais e coletivas juvenis de forma alguma são homogêneas (FERNANDES; EDMUNDO & DACACH, 2009).

Quando tratamos, de maneira particular, dos adolescentes moradores de espaços populares, nos referimos a indivíduos que tem sido estigmatizados e identificados com situações depreciativas, notadamente as de violência, tendo sua imagem e representação na consciência coletiva frequentemente associadas à ideia de ameaça e de perigo (WEISHEIMER, *et al.* 2013; FERNANDES; EDMUNDO & DACACH, 2009). Observa-se de forma geral, no cenário latinoamericano e brasileiro, que os adolescentes, ainda que reconhecidos como sujeitos de direitos nas legislações, sofrem com a insuficiência e ineficácia de políticas públicas que garantam a eles, de fato, o exercício da plena cidadania e a satisfação de suas necessidades e desejos (DAYRELL, 2016). Em se tratando de um recorte sociológico ainda mais definido, ou seja, focado nos adolescentes que se encontram em situação de desigualdades sociais e de vulnerabilidade, moradores de áreas periféricas e oriundos das camadas mais populares das cidades, as defasagens de políticas públicas juvenis, realmente efetivas, são ainda maiores (COMIN DE CARVALHO, 2012).

A desigualdade social também é um fenômeno social, cultural e histórico, exterior ao indivíduo, que não é determinado por questões biológicas e genéticas, sendo construído estruturalmente, através da formação de contextos de vantagens e privilégios relativos ao acesso e a distribuição de bens que são socialmente e economicamente valorizados (COMIN DE CARVALHO, 2012). Desta forma, são estabelecidas hierarquias entre pessoas e grupos sociais, nas quais os indivíduos que ocupam posições superiores possuem vantagens em relação aos que ocupam as posições inferiores. As desigualdades afetam as oportunidades e o estilo de vida dos indivíduos, de tal forma que a privação das pessoas aos bens sociais, como a renda digna, a educação de qualidade e a proteção à saúde, pode acarretar a instalação de situações de vulnerabilidade (Idem).

Os adolescentes oriundos das camadas mais populares, que fazem parte dos grupos e categorias inferiores, criados pela diferenciação social e pela desigualdade estrutural, são colocados em situação de vulnerabilidade. Nestas condições, suas

perspectivas, oportunidades e possibilidades de realizações são intimamente impactadas, de forma negativa, pela distribuição desigual de recursos e de poder que são estabelecidas e reproduzidas pelos processos funcionais de socialização e de aculturação (WEISHEIMER, *et al.* 2013; COMIN DE CARVALHO, 2012).

De forma condizente com este processo de modelação cultural, a geração de políticas públicas na América Latina e no Brasil possui um caráter historicamente homogêneo e adultocêntrico⁴, que não atende aos grupos e classes sociais mais vulneráveis, não considerando as diversidades culturais, territoriais, de gênero, de raça, de estrutura e de desejos existentes, sejam individuais ou coletivas (VERDECIA, 2017). O desconhecimento proposital das características sociológicas dos adolescentes latinoamericanos e brasileiros, bem como a desatenção com as suas respectivas peculiaridades historicamente produzidas, causam constantes prejuízos a estes indivíduos, em diversas dimensões de suas vidas, chegando, inclusive, a resultar em violações de seus direitos (Idem).

O presente estudo, através de uma revisão de literatura, objetiva documentar quais são as características sociológicas dos adolescentes de 14 a 17 anos e 11 meses que se encontram em situação de desigualdade social e de vulnerabilidade. Em um primeiro momento, o artigo contextualiza a situação destes indivíduos na América Latina, de forma geral e, por último, procura revelar e discutir aspectos do “ser adolescente vulnerável” no Brasil, com destaque para a necessidade de conciliação da própria condição juvenil com a educação e o mundo do trabalho em sua rotina de vida.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa está inserida no paradigma crítico (Arnal, Del Rincón e Latorre, 1992, apud García de Ceretto e Giacobbe, 2009) e construtivista (Lincoln e Guba, 2008, 1994), com um desenho qualitativo (García de Ceretto e Giacobbe, 2009), bibliográfico e descritivo (Sampieri, Collado e Lucio, 1997 apud García de Ceretto e Giacobbe, 2009). Foram analisadas produções bibliográficas (artigos, livros,

⁴ Existem importantes variações sociológicas na produção dos significados atribuídos às juventudes e aos processos transitórios que distinguem a infância da vida adulta. O viés adultocêntrico é uma maneira de conceber a condição juvenil em uma perspectiva que coloca a idade adulta como sendo o principal momento do ciclo de vida do ser humano. Procedendo desta forma, há um reforçamento de uma posição de subcidadania a qual estariam submetidos os adolescentes e jovens (WEISHEIMER, *et al.* 2013).

manuais, guias, bancos de dados) que tiveram como estudo os adolescentes de 14 a 17 anos e 11 meses que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica. O recorte temporal escolhido para a análise será o contexto do ano 2010 até 2020.

3. BREVE DISCUSSÃO SOBRE O ESPECTRO⁵ DA VULNERABILIDADE

As instituições sociais, como o Estado, o sistema educativo, o mundo do trabalho, as religiões e a família, principalmente, são estruturas concretas, postas em prática para servir a algumas necessidades específicas de determinados grupos da sociedade (KOWARICK, 2003). Estes meios de controle e de utilização da energia social disponível, reproduzem uma cultura dominante, buscando perpetuar uma determinada relação de poder de um determinado grupo social dominador (BOURDIER; PASSERON, 2009), através de hábitos sociais sistematizados, moldando seus membros, regulando a vida em sociedade, estabelecendo regras e costumes que devem ser respeitados e seguidos, muitas vezes de forma coercitiva (KOWARICK, 2003).

Através das relações de poder existentes nestas instituições, manifestadas na prática, principalmente através da política e da economia, o grupo social dominador utiliza dos meios de controle disponíveis e representam seus interesses, numa “luta” cotidiana, impondo sua vontade, mesmo com a presença de resistências (LACERDA, 2016). O poder econômico disponibilizado pela posse de capital financeiro favorece seu ganho de influência, que por sua vez impacta na possibilidade de manipulação de recursos (disponíveis nos países e nos indivíduos de classes sociais historicamente colocadas em desvantagem), focalizados na busca pelo alcance dos efeitos desejados (Idem).

Trata-se, portanto, do processo de manifestação e aprimoramento do capitalismo globalizado atual, que possui um discurso abrangente de

⁵ Pode-se chamar espectro a uma distribuição de quantidades observáveis ou propriedades dispostas segundo sua magnitude e, ainda, à expressão funcional dessa distribuição. Espectro também é identificado como um conjunto ou série de elementos que formam um todo. Espectro também pode significar uma evocação obsedante, uma suposta aparição incorpórea, mas com sua aparência, podendo ser uma coisa falsa, vazia, uma ilusão (MICHAELIS, 2020).

desenvolvimento econômico de países e pessoas, mas que, na realidade, não absorve todos os países envolvidos neste desenvolvimento, somente aquelas nações mais poderosas, econômico e politicamente, e, logicamente, as pessoas detentoras dos poderes (RADOMSKY; PEÑAFIEL, 2017). As soberanias nacionais, todavia, necessitam das riquezas geradas pela exploração do mercado, e por isso buscam cada vez mais poder no cenário internacional, numa constante tensão entre as forças do livre mercado e do poder regulatório dos países (Idem).

O impacto das disputas na economia mundial de mercado sobre as relações internas dos Estados e as formas pelas quais estes países procuram influenciar as forças de mercado para a sua própria vantagem vão criando, no decorrer dos tempos, determinadas classes sociais dentro de seus territórios (LACERDA, 2016). As possibilidades de acesso das pessoas às riquezas disponíveis, como resultado destas “disputas” econômicas e políticas, vão ditando os tipos de frações de classes sociais criadas, cada qual com seu nível de poder, de representação e com seus interesses específicos (Idem).

O acesso às oportunidades disponíveis, às riquezas geradas pela exploração da economia e o desenvolvimento das habilidades necessárias para ascender socialmente (onde o Estado funciona como instrumento facilitador ou não para este acesso) são determinantes. Por outro lado, o próprio indivíduo pode ser capaz ou não de desenvolver habilidades que lhe permitam acesso e ascensão (VERDECIA, 2017). Neste cenário heterogêneo, começam a serem criadas as desigualdades sociais, que vão estabelecendo as posições dos sujeitos em relação ao acesso desigual dos recursos e recompensas, constituindo a base dos esquemas de estratificação social (COMIN DE CARVALHO, 2012).

Na sociedade, são estabelecidas posições socioeconômicas diferentes, estratificadas por classe e por *status*. Por influência norte-americana, em um debate abertamente político-ideológico, convencionou-se chamar de “excluídos” à vasta parcela de pessoas que estão à margem, desligados ou desenraizados dos processos essenciais da sociedade (KOWARICK, 2003). Numa visão conservadora, há uma aberta e feroz culpabilização das pessoas que se encontram em precárias condições sociais e econômicas. Esta situação é vista como fruto de sua própria e

única responsabilidade (ou irresponsabilidade), carecendo de força de vontade, de competências, de cultura e de iniciativa (Idem).

Como herança dos debates ideológicos franceses, existe o apontamento de que a extensa vulnerabilidade existente é responsabilidade do Estado, sendo sua função essencial também combater a exclusão social e econômica produzida. Os debates estão centralizados em “no quê” e “como” o Estado precisa atuar (KOWARICK, 2003).

A condição de desigualdade social estabelecida de forma estrutural nos países e nas sociedades, principalmente nas menos abastadas, que foram exploradas massivamente pelo sistema capitalista ao longo de toda a sua história, produz, portanto, o constructo “vulnerabilidade”, que é um percurso, uma situação dinâmica, mutável e contraditória, não havendo um consenso, um significado único e consolidado na literatura científica (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2019). Trata-se de um conceito complexo e multifacetado, sendo um processo provocado por uma multiplicidade de fatores, agravada pela vivência em contextos de desigualdade, assimetria e injustiça social (Idem).

Neste espectro dimensional chamado de vulnerabilidade, que, antes de tudo, possui definições politicamente construídas (BRASIL, 2018), destacamos algumas conceituações importantes, que permitem o entendimento das posições e situações onde foram alocados os sujeitos marginalizados em uma sociedade desigual, no caso os adolescentes estudados, quais sejam: (a) falta de acesso às estruturas de oportunidade (VIGNOLI, 2002); (b) incapacidade de responder ao risco (BRASIL, 2012); (c) manifestação mais clara da carência de poder que experimentam grupos específicos, mas numerosos da sociedade (BRASIL, 2013); (d) condição de déficit dos indivíduos ou das famílias, que se encontram com escassez ou falta de ativos⁶, e ainda, não possuem competência para manejar adequadamente os ativos que já possuem (CUTTER, 2011); (e) remete à fragilidade do todo existente, a sua contingência e a imprevisibilidade da própria vida; estar ou ser vulnerável, em qualquer caso, significa encontrar-se em um contexto de instabilidade, perigo, risco e possível dano, que coloca o indivíduo em uma situação de desvantagem,

⁶ Ativos são bens, valores, créditos, direitos, tangíveis e intangíveis que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes (BRASIL, 2018).

descentralidade e desamparo, finalmente, muito próxima do não-ter, não-estar e não-poder da pobreza (LLORCA, 2020).

Há uma evidente influência do sistema capitalista na construção dos critérios de vulnerabilidade e nas suas repercussões. Os conceitos apresentados parecem localizar nos indivíduos e suas famílias, a origem de seus próprios problemas de vulnerabilidade social e os identificam com a pobreza e suas mazelas. Nota-se um posicionamento de desresponsabilização do Estado na criação e na solução dos problemas vinculados à vulnerabilidade social. O entendimento das definições de vulnerabilidade, portanto, é fundamental para que seja feita uma análise realista sobre as características sociológicas dos adolescentes que se encontram nesta situação assimétrica de desigualdade social, tanto na América Latina, como no Brasil.

3.1 A ADOLESCÊNCIA VULNERÁVEL NA AMÉRICA LATINA

A América Latina é reconhecida como o continente mais desigual, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, sendo mais uma expressão territorial de uma política global de consumo, mercantilização e cultura de mercado, que estruturou desta maneira as formas de vida e de produção locais (VERDECIA, 2017). Segundo a autora, as desigualdades sociais são marcantes nesta região e sua percepção transita por diversas esferas do desenvolvimento social, sendo expressão de processos econômicos, políticos e sociais que foram mediados por situações de exploração e dominância, condições sentidas de forma grupal, principalmente por aqueles que se tornaram vulneráveis. Indicadores como o acesso ao trabalho, o acesso a diversos serviços, direitos sociais e recursos, estabeleceram determinadas posições sociais, situações socioeconômicas específicas e representam expressões objetivas de desigualdade (Idem).

As desigualdades e vulnerabilidades produzidas são características históricas e estruturais na América Latina, que inclusive se mantiveram e se reproduziram nos períodos de crescimento e prosperidade econômica (CEPAL, 2019). Os altos níveis de desigualdade travam o desenvolvimento e constituem uma barreira à erradicação

da pobreza, à ampliação da cidadania, o exercício pleno dos direitos sociais e dificultam uma governabilidade democrática (Idem).

A análise da desigualdade social sempre incluiu a pobreza como indicador de medida dentro da diferença de classes, no entanto, na atualidade, outras temáticas são acrescentadas como comprovadamente influenciadoras no processo de vulnerabilização do indivíduo, como a raça, a etnia, o gênero, a idade, o local de moradia e outros elementos (CLACSO, 2020; VERDECIA, 2017). A pobreza e a pobreza extrema não afetam por igual aos distintos grupos demográficos e sociais, há uma incidência maior de vulnerabilidade entre os habitantes das áreas rurais, as crianças, adolescentes e jovens, os indígenas, as mulheres, as pessoas com deficiência, as pessoas negras, as pessoas com HIV e AIDS, refugiados, migrantes, os indivíduos com menores níveis de educação e todos aqueles que possuem necessidades básicas negligenciadas e insatisfeitas (CLACSO, 2020; CEPAL, 2019).

A incidência de pobreza e vulnerabilidade é maior quanto menor seja a idade das pessoas e os dados provenientes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, relativos ao ano de 2019, informam que a taxa de pobreza de adolescentes de até 14 anos de idade é 19 pontos percentuais mais alta que das pessoas entre 35 e 44 anos de idade, e 31 pontos percentuais mais alta que das pessoas de 65 anos de idade ou mais (CEPAL, 2019). A condição étnica também apresenta uma associação clara com a incidência de pobreza e vulnerabilidade, uma vez que dados originários de 9 países latinoamericanos indicam que, no grupo de pessoas indígenas e afrodescendentes, incluindo os adolescentes, a taxa de pobreza duplica se comparada com pessoas não indígenas e sem descendência africana (Idem).

Os adolescentes que vivem em áreas rurais são em torno de 20 pontos percentuais mais pobres que aqueles que vivem em centros urbanos e tanto a pobreza quanto a pobreza extrema possuem uma maior incidência entre os adolescentes que entre os adultos (CEPAL, 2019). Segundo esta agência econômica, existe um núcleo importante de adolescentes excluídos do sistema educativo, particularmente aqueles que pertencem aos setores populares, mais isolados geograficamente, com menores recursos econômicos (Idem).

Em relação às dificuldades educacionais mencionadas, pode-se apontar que a entrada precoce no mundo do trabalho, a gravidez adolescente, as responsabilidades domésticas e de cuidados com outras pessoas nos lares, associadas à desmotivação com a escola, são alguns dos diversos fatores que podem explicar o elevado percentual de evasão do jovem da escola (CEPAL, 2016). Em relação a estas questões sociológicas, é evidente um agravamento maior entre as adolescentes indígenas, afrodescendentes e residentes nas áreas rurais de toda a América Latina (Idem).

Uma casa adequada caracteriza-se pela sua capacidade de proteger as pessoas que vivem em suas dependências das condições climáticas adversas, assim como proporcionar-lhes condições adequadas de privacidade e higiene, cuja ausência deteriora, consideravelmente, a qualidade de vida (RADOMSKY; PEÑAFIEL, 2017; CEPAL, 2016). No caso dos adolescentes latinoamericanos, evidencia-se uma precarização na qualidade estrutural de seus lares, com problemas de fornecimento de energia, água e saneamento, bem como a presença de muitos familiares por metro quadrado, ocasionando dificuldades de segurança, saúde, conforto e afetando negativamente os resultados educativos (CEPAL, 2019; 2016).

Entre os adolescentes e jovens latinoamericanos, a aquisição das competências necessárias a um bom desenvolvimento na sociedade do conhecimento está muito abaixo dos países mais desenvolvidos (NAÇÕES UNIDAS, 2008). Dados oferecidos pela CEPAL mostram também que as desigualdades que atravessam a juventude latinoamericana apontam que os jovens estão relativamente mais desempregados e com trabalhos de pior qualidade, mais precários, que os adultos, situação que se agrava entre as mulheres jovens (VERDECIA, 2017). Existe uma forte e crescente precarização dos trabalhos envolvendo os adolescentes e jovens. O avanço da informalidade e as questões tecnológicas e virtuais também atuam de forma a ampliar as desigualdades socioeconômicas (CLACSO, 2020).

Em toda a América Latina existe uma persistente e emergente estigmatização racial criadora de inúmeras desigualdades e vulnerabilidades (CLACSO, 2020; RADOMSKY; PEÑAFIEL, 2017; WEISHEIMER, *et al.* 2013; COMIN DE CARVALHO, 2012). Os e as adolescentes indígenas e afrodescendentes, que experimentam

múltiplas desigualdades, acumulativas e interseccionais, tem a sua situação ainda mais prejudicada, como resultado de longos processos históricos de preconceito, discriminação e violação de direitos (Idem).

A morbimortalidade juvenil está adquirindo altos padrões, sendo fortemente vinculada a fenômenos de tipo social, como a violência e os acidentes, principalmente relacionados a brigas de gangues (homicídios), com uso de arma letal, uso ilegal de veículos, suicídio e abuso de álcool e outras drogas (NAÇÕES UNIDAS, 2008). De igual maneira, a propagação do vírus HIV e outras enfermidades e infecções de transmissão sexual se mostram ascendentes, tendo relações diretas com variáveis culturais e estilos de vida, que determinam condutas de risco à integridade física e emocional dos adolescentes (Idem).

Os adolescentes e jovens da América Latina também se sentem pouco representados nos espaços públicos de tomada de decisões políticas (CLACSO, 2020). Vivem perspectivas auspiciosas e desafios problemáticos, porém muitos se veem distanciados do sistema político e da competência eleitoral, o que se reflete em baixos índices de adesão partidária ou de participação nas eleições (NAÇÕES UNIDAS, 2008). Alguns adolescentes, no entanto, mostram iniciativas e movimentos de curta duração, porém intensivos e com capacidade de multiplicação, através do uso dos meios interativos de comunicação à distância, incorporando o uso da internet como parte de sua vida cotidiana. Logicamente, os adolescentes vulneráveis possuem precário acesso à internet e às inovações tecnológicas, se tornando, mais uma vez, insuficientes produtivamente (CLACSO, 2020).

Na medida em que as mudanças e as incertezas frente ao futuro constituem uma característica comum de nossas sociedades latinoamericanas, estas tendem a projetar, sobre os adolescentes e jovens que se encontram em situação de desigualdades e vulnerabilidades, um conjunto de dúvidas. Sobre elas e eles oscilam perguntas e etiquetas (rótulos estigmatizados) entre a promessa de futuro e a ameaça do presente, entre a discriminação e a integração.

3.2 A ADOLESCÊNCIA VULNERÁVEL BRASILEIRA

No Brasil, as e os adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade sofrem dos mesmos prejuízos decorrentes das desigualdades, multidimensionais, interseccionais e cumulativas, que afligem o contexto geral da América Latina. Logicamente, existem particularidades próprias do povo brasileiro, que demarcam características sociológicas que se destacam no perfil de nossos adolescentes.

Diante de contextos de riscos e vulnerabilidade social, por vezes permeados por situações de violência e conflitos extremos, nossas e nossos adolescentes estiveram, e ainda estão, em posições desconfortáveis no panorama social brasileiro. Avanços e retrocessos marcaram o percurso das políticas para a adolescência no Brasil (FEFFERMANN *et al.*, 2018). Apesar dos avanços obtidos por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em relação a garantia de direitos, e depois o Estatuto da Juventude, estas políticas ainda não foram totalmente efetivadas e permanece o risco de serem desmanteladas, em função do constante contexto de turbulência da política brasileira (Idem).

Percebe-se a existência de diferentes “adolescências”, com seus desejos e necessidades, todas, porém, alvo de pontos de vista também variados, sendo que alguns são concebidos com tendências racistas e, com base em padrões europeus, tendem a classificações e a estereotipia, focalizadas em grupos de adolescentes geralmente localizados nos bolsões de pobreza, estigmatizados (CALIMAN, 2019). Tais interpretações levam a atitudes de rotulação, discriminação e de alarme social sobre estes jovens que crescem, em geral, nas periferias pobres das grandes cidades (Idem). Evidencia-se, inclusive, o recrudescimento de políticas de Segurança Pública, que tem este tipo de adolescentes e jovens como alvo principal, e, de forma especial, os negros que vivem nestas localidades (FEFFERMANN *et al.*, 2018).

Como consequência deste tipo de pensamento funcionalista e higienista, observa-se que os próprios adolescentes são responsabilizados pelo aumento da violência real, tirando a responsabilidade de todo um sistema estrutural organizado por vários anos (CALIMAN, 2019). Trata-se de um pensamento positivista, que permanece e resiste, influenciando e estimulando a setores da sociedade, mais abastados economicamente e socialmente, a sugerirem a segregação, o

confinamento destes grupos excluídos e que, na realidade, são vítimas do processo histórico de criação de desigualdades (Idem; NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Em 2016, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado reconheceu que há em curso no Brasil um genocídio da juventude negra e periférica (FEFFERMANN *et al.*, 2018). O reconhecimento do segmento juvenil enquanto categoria social portadora de direito significa a assunção da responsabilidade do Estado no sentido de objetar soluções a alguns dos graves problemas enfrentados, sobretudo, em relação à violência, a formação escolar de qualidade e a inserção no mercado de trabalho, o que não é atendido a contento (Idem).

A discriminação, o preconceito e o racismo fazem parte de elementos importantes na explicação da existência de desigualdades entre adolescentes brancos e negros no Brasil, em relação a, por exemplo, resultados educativos (BANCO MUNDIAL, 2018). Os afrodescendentes possuem taxas de abandono escolar mais altas na educação fundamental e no ensino médio, se comparados aos indivíduos brancos. O sistema de educação brasileiro ainda é incipiente no reconhecimento das identidades afrodescendentes e, muitas das vezes, contribui no fomento de representações estereotipadas e folclorizantes da pessoa negra, em uma clara manifestação da ausência do multiculturalismo⁷. (Idem; SOUZA, 2017).

No propósito de aprofundamento sobre o conhecimento das características sociológicas dos adolescentes brasileiros que se encontram em situação de vulnerabilidade, através de um projeto social, Serrão e Baleeiro (1999) coletaram dados sistematizados sobre estes indivíduos, quais sejam: uma autoestima fragilizada; autoimagem contaminada por preconceitos sofridos, relativos à classe social, etnia, nível cultural e de escolaridade, profissão e local de moradia; medo de expressar-se, com temores de submeter-se ao ridículo e à rejeição; dificuldade em reconhecer em si atitudes racistas; presença forte da sensualidade, principalmente na relação com o próprio corpo e no modo de se vestir; música e dança como forma de expressão da negritude, dos protestos e da liberdade; uso do ataque como forma

⁷ O multiculturalismo é um termo que, em sua vertente mais crítica, procura fugir da mera valorização de características culturais e folclóricas, criticando e analisando a constituição das diferenças. Na perspectiva multicultural, as diferentes identidades e as práticas culturais não são essencializadas, mas percebidas como construções provisórias que devem ser contextualizadas historicamente (SOUZA, 2017).

de defesa, para proteger-se de frustrações e sofrimentos presentes e passados; falta de perspectiva, desesperança e resignação, por terem consciências das dificuldades e barreiras sociais a que estão submetidos e não acreditarem que quaisquer ações possam ser capazes de interferir no rumo dos acontecimentos; percepção das limitações da escola, em função da má qualidade do ensino; preocupação com a inserção no mundo e no mercado de trabalho; falta de privacidade na vida pessoal; reprodução dos modelos familiares reforçadores dos papéis de gênero masculino e feminino, com limites rígidos, com a separação entre o permitido ao homem e o permitido à mulher; comportamento solidário frequente, com a vivência de repartir o pouco que se tem; a religião ocupando o “espaço da lei”, da ordem, da proteção, concretizando o sentimento de pertencimento; forte relação com a mãe; ausência da figura paterna; percepção da cidadania como um conceito abstrato.

Buscando compreender como estava sendo pensado, planejado e executado o trabalho com a adolescência vulnerável em serviços e programas da Assistência Social, uma equipe de sistematização encontrou as seguintes características dos adolescentes participantes das unidades de atendimento (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2020): a maioria dos adolescentes é negra e pobre, fazendo parte de famílias numerosas; alguns estão envolvidos com o tráfico e o uso de drogas; muitos não possuem o apoio de suas famílias para escutá-los, acolhê-los e atendê-los em suas necessidades mais urgentes; possuem defasagem escolar e desinteresse pela escola, sendo que alguns, estão quase abandonando-a; muitos relataram não gostar do tipo de atendimento que a escola lhes oferece; alguns vão à escola somente pelo fato de fazerem parte do Programa Bolsa Família (do Governo Federal) e precisam comparecer às aulas para não entrarem em conflito com as condicionalidades deste programa; falta de diálogo na família, entretanto, alguns integrantes da família se mostram presentes e se esforçam bastante para educar e acompanhar a trajetória de vida dos adolescentes; por algumas vezes, os adolescentes se apresentam agressivos e até mesmo violentos; são rotulados na sociedade como “problemáticos” e como uma “geração perdida”, chamados de preguiçosos e que não querem nada da vida; a maioria dos adolescentes que frequenta os serviços e programas é do sexo masculino, uma vez que as adolescentes precisam ficar em casa, ajudando a cuidar da casa e dos irmãos mais novos, enquanto a mãe trabalha fora; alguns adolescentes do sexo masculino, geralmente com idade até os 15 anos, também

ajudam em tarefas domésticas em casa, mas quando vão ficando mais velhos, passam a não aceitar mais participarem de tarefas domésticas; pela experiência de vida que alguns já possuem, apresentam mais maturidade, construída pela preocupação com a sobrevivência e a autodefesa; são imediatistas e impacientes em relação a projetos de vida longos, que exigem muita preparação e tempo para perceberem retorno de quaisquer investimentos; são consumistas e querem comprar produtos de marcas famosas, sendo altamente influenciados pelas mídias e pela publicidade; são rebeldes, críticos e questionadores; existe uma fragilidade nas perspectivas de futuro; apresentam altos níveis de depressão, principalmente por parte das mulheres (algumas praticam a autoflagelação, através de cortes no corpo); muitos dos adolescentes estão sofrendo e não estão felizes com a vida que estão levando; há, por vezes, uma desorganização emocional da família, que afeta bastante o adolescente, tornando-o frágil emocionalmente; o uso exagerado de celulares e da televisão tem distanciado os adolescentes de seus familiares; possuem uma relação conflituosa com a família, principalmente com a mãe; alguns adolescentes, que são homossexuais assumidos, não possuem esta situação aceita por suas famílias gerando conflitos; algumas adolescentes tomam anticoncepcional escondido da família e estão iniciando a vida sexual em torno dos 13 ou 14 anos; por vezes os adolescentes não respeitam determinados direitos de outras pessoas, pelo desconhecimento de sua existência enquanto lei; apresentam dificuldade em expandir a sua visão para além do seu território de moradia e de sua convivência cotidiana; perdem rapidamente o interesse pelas coisas e não se aprofundam na busca de conhecimento pelas coisas que gostam e tem interesse; os adolescentes possuem a sua religiosidade e gostam de manifestar a sua fé; querem trazer felicidade para a sua família.

A falta de recursos materiais e subjetivos básicos, tais como os que podem ser fornecidos pela educação, pela saúde, pela cultura, pelo esporte, pelo lazer e pelo trabalho, bem como os condicionamentos sociais negativos incorporados, e uma percepção subjetiva da desigualdade social persistente no Brasil, geram um “mal-estar” entre os adolescentes das classes mais pobres e vulnerabilizadas (CALIMAN, 2019). Eles e elas partem de condições desfavoráveis no mundo da formação pessoal e profissional e na qualificação permanente, em relação aos jovens mais

ricos, o que, como consequência, dificulta-lhes o acesso aos bens existentes e à mobilidade social (Idem).

Na contemporaneidade, apesar dos avanços tecnológicos com a inteligência artificial e a robótica, e as metodologias ágeis disponíveis que fazem avançar o mundo do trabalho, os e as trabalhadoras adolescentes e jovens, que se encontram em situação de vulnerabilidade, continuam enfrentando altas taxas de pobreza e desemprego (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020). Quando conseguem alguma empregabilidade ou trabalho, estão cada vez mais expostos e expostas a formas atípicas, informais e menos seguras de atuação profissional (Idem).

Mesmo com a redução drástica de investimentos em serviços e programas sociais nos últimos anos no Brasil, que comprometem até mesmo as ações até então existentes para os adolescentes brasileiros, ainda persiste atividades organizadas importantes, que, com resiliência, continuam fazendo a diferença como rede de apoio, ao desenvolvimento destes jovens. Um estudo realizado com adolescentes participantes de projetos sociais, mapeou diversas características potencializadoras nestes indivíduos, que ajudam a apontar caminhos promissores (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2020): adolescentes são criativos, inteligentes, curiosos e alegres; gostam de novidades; possuem interesse por tecnologias e pelo mundo virtual, com destaque para o audiovisual; gostam de atividades culturais e esportivas; gostam de demonstrar o que sabem fazer; possuem dinamismo e proatividade; apresentam vontade de aprender; são bastante atentos em relação ao que lhes interessa; possuem solidariedade e disponibilidade em ajudar outras pessoas; são receptivos ao afeto, carinho e cuidado; manifestam o desejo de pertencer a algo importante, como os grupos que consideram relevantes; são ávidos por terem oportunidades e por viverem experiências diversas; gostam de responsabilidade e honestidade; buscam por independência e liberdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi, através de uma revisão de literatura, apresentar algumas das características sociológicas de adolescentes que se encontram em situação de desigualdade social e vulnerabilidade, na América Latina e no Brasil.

Procurou-se descrever aspectos da necessidade de conciliação da condição adolescente com fatores de desenvolvimento pessoal e profissional, como a educação e o mundo do trabalho, na rotina de vida de indivíduos que vivem na região mais desigual da Terra.

O primeiro passo foi abordar cientificamente a adolescência, um período da vida complexo e peculiar, permeado por processos multidimensionais, heterogêneos, que promove a transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta, permeado por radicais mudanças físicas, cognitivas e psicossociais nos sujeitos. Comentou-se que a adolescência constitui um momento determinado, social e historicamente, muito diversificado, não se reduzindo somente a uma passagem, mas a um período da vida sujeito a impactos objetivos e subjetivos cruciais e determinantes, principalmente para os adolescentes moradores de espaços populares, que estão situados em desvantagem.

Em seguida, um destaque importante foi dado ao constructo “vulnerabilidade”, abordada como o resultado de construções históricas de desigualdade social e violação de direitos, estabelecida de forma estrutural nos países e nas sociedades, principalmente nas menos abastadas, através da exploração, pelo sistema capitalista, da capacidade produtiva das pessoas mais pobres. Foi possível perceber a evidente influência do sistema capitalista na construção dos critérios de vulnerabilidade e nas suas repercussões junto aos indivíduos e famílias. As pessoas mais pobres, inclusive os adolescentes, tornaram-se, pelos critérios apresentados, “culpados” pelos seus próprios problemas de vulnerabilidade social, por sua pobreza e suas mazelas. Os Estados se mostraram não responsáveis por isto.

A parte principal do estudo apresentou as características sociológicas dos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade na América Latina e no Brasil. Foi possível perceber que os grandes prejuízos decorrentes das desigualdades, reconhecidas como multidimensionais, interseccionais e cumulativas, que impactam o adolescente latinoamericano (e suas famílias), também se repetem no cotidiano de vida do adolescente brasileiro.

Foi apresentado todo um cenário de defasagens nas áreas de educação, saúde, habitação, cultura, lazer e preparação para o trabalho, principalmente, que criaram enormes barreiras para o desenvolvimento dos adolescentes vulneráveis.

Potencialidades inerentes aos adolescentes brasileiros foram mencionadas. Um destaque fenomenológico precisa ser apontado e que diz respeito ao grande impacto que a discriminação, o preconceito e o racismo estrutural exercem na explicação da existência de desigualdades entre adolescentes brancos e negros no Brasil.

Por fim, pode-se dizer que as e os adolescentes que se encontram em situação de desigualdades estruturais e de vulnerabilidade estão implicados em disputas muito diversas, discriminados, violados e estigmatizados por discursos dominantes. Estes indivíduos atuam na sociedade sem que seus principais problemas sejam encarados seriamente e sem que suas principais reivindicações encontrem, salvo poucas exceções, o eco correspondente.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Afrodescendentes na América Latina: para um marco de inclusão**. Washington, DC: Banco Mundial, 2018.
- BOURDIER, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Covilhã: Universidade da Beira Interior. (Coleção Recensões Lusosofia), 2009.
- BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. v. 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
- BRASIL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.
- BRASIL. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.
- CALIMAN, G. Juventude brasileira e desafios para a educação social. In: CALIMAN, G.; VASCONCELOS, I.C.O. **Jovens universitários: entre a inclusão e a exclusão**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. p. 15-32.
- CEPAL. **Panorama social da América Latina**. Santiago: Nações Unidas, 2019.
- CEPAL. **A matriz da desigualdade social na América Latina**. Santiago: Nações Unidas, 2016.

- CLACSO. **Desigualdades e juventudes na América Latina e Caribe**. Curso online. MiriadaX. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Buenos Aires. Disponível em: <<https://miriadax.net/home>>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- COMIN DE CARVALHO, A.P. *et al.* **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- CUTTER, S.L.. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2011. p. 59-69.
- DAYRELL, J. (Org.). **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.
- FEFFERMANN, M. *et al.* Contextualizando a realidade dos adolescentes e jovens no Brasil. In: VÁZQUEZ, M.; OSPINA-ALVARADO, M.C.; DOMÍNGUEZ, M.I. (Orgs.). **Juventudes e infâncias no cenário latinoamericano e caribenho atual**. Buenos Aires: CLACSO; Manizales: Universidade de Manizales; Bogotá: Fundação Centro Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano. (Coleção Grupos de Trabalho), 2018. p. 63-84.
- FERNANDES, F.L; EDMUNDO, K; DACACH, S. **Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens de espaços populares**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.
- HALL, G.S. **Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education**. v. 2. New York: D. Appleton and Company, 1904.
- HOHENDORFF, J.V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S.H.; COUTO, M.C.P.P.; HOHENDORFF, J.V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 39-54.
- LACERDA, G.B. **Introdução à sociologia política**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- LLORCA, C.M. A infinita vulnerabilidade do corpo e da alma: notas para a definição dos conceitos de pobreza e vulnerabilidade em espanhol. In: DE SENA, A. (Org.). **Vulnerabilidade, pobreza e políticas sociais: conjunto de sentidos na América Latina, Europa e China**. Buenos Aires: CLACSO; Ciccus. (Coleção Grupos de Trabalho), 2020. p. 23-39.
- MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/espectro/>>. Acesso em: 25 dez. 2020.
- NAÇÕES UNIDAS. **Situação e desafios da juventude na Iberoamérica**. São Salvador: Sistema das Nações Unidas; CEPAL; PNUMA; UNV; UNESCO, 2008.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências mundiais do trabalho juvenil 2020: a tecnologia e o futuro dos empregos**. Santiago: Nações Unidas, 2020.
- PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano**. Tradução de Daniel Bueno. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- PESCAROLO, J.K. **Sociologia urbana e da violência**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Direcionamento para o trabalho com adolescentes de 14 a 17 anos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Juiz de Fora: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2020.
- PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Vulnerabilidades: guia de orientação para sua identificação e criação de estratégias de enfrentamento**. Juiz de Fora: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2019.
- RADOMSKY, G; PEÑAFIEL, A. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- SERRÃO, M.; BALEEIRO, M.C. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.
- SOUZA, M.C. **Sociologia do consumo e indústria cultural**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- VERDECIA, Y.L. Apontamentos teóricos para a análise da desigualdade social na América Latina e seu efeito na juventude. In: PONCE *et al.* **Juventudes e desigualdades na América Latina e Caribe**. Buenos Aires: CLACSO. (Coleção Estudos sobre as Desigualdades), 2017. p. 207-231.
- VIGNOLI, J.R. **Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe**. São Paulo: NEPSAS, 2002.
- WEISHEIMER, N. *et al.* **Sociologia da juventude**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

